

SESSÕES DO PLENÁRIO

56ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de junho de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do deputado Vando comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 25/05/2016.

Do deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a compromissos

assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/05/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a Bíblia diz que: *“Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor”*. A Bíblia é livro de católicos, de evangélicos e das demais religiões.

Quero saudar os amigos e amigas das Galerias, que estão procurando os seus direitos, direito ao emprego, à civilidade e à cidadania, sejam bem-vindos. Senhores e senhoras da imprensa.

Gostaria, com muita satisfação, de informar a esta Casa que amanhã, continua a agenda das visitas das autoridades à Fundação Dr. Jesus, que já recebeu: senadores; ministros; prefeitos; deputados; secretários de Estado. E, graças a Deus, amanhã, mais uma vez, o presidente Marcelo Nilo, presidente desta Casa, palestrará para 1.282 pessoas que se encontram ali saindo das drogas. Sendo 142 mulheres, vitimadas, violentadas e não visitadas por aqueles ou aquelas que se dizem protetores das mulheres da elite, mas não têm coragem de olhar as mulheres que realmente têm necessidade.

Então, parabenizo Sua Excelência o deputado Marcelo Nilo, que sai do seu conforto de presidente cumprindo uma missão em todo o Estado visitando escolas, creches, o que ele está fazendo é digno de elogio. Visitar um centro de recuperação com pessoas que chegam da Bahia toda com dificuldades: mulheres a partir de 12 anos, cortadas de faca do pé do umbigo até o pescoço, homens com tiros nas mãos e nos pés, atrocidades que os traficantes têm feito até neles próprios.

Então, não posso deixar de agradecer aos demais deputados desta Casa que já foram lá, também, como Rosemberg Pinto, como o meu querido Carlos Geilson – que nos honrou visitando aquela fundação – o Pastor José de Arimatéia da Igreja Universal e tantos outros deputados que estiveram lá.

Continuo deixando aberto o convite a todos os meus queridos colegas deputados da Oposição, porque eu não misturo as coisas. Ali recebo pessoas do estado todo, qualquer deputado que quiser ir lá vai comer uma galinha de quintal, uma moqueca de peixe, um ovo frito feito por minha esposa, ela não é mulher de deputado é serva de Deus, cozinheira. Qualquer pessoa da sociedade que quiser ir lá será tratado da mesma forma. Recebemos escolas, faculdades, cursos e estudantes, o pessoal da polícia civil e militar que lá nos visita. Gostaria de continuar convidando a imprensa para ir um dia lá também, porque já tenho algum tempo lutando para que a imprensa visite a fundação, faça perguntas, filme, fotografe, nos fazendo justiça.

Mas meus senhores, também, quero dar a notícia que no próximo mês inauguraremos um novo prédio para mais 600 pessoas.

Trago em minhas mãos, visíveis calos de colher de pedreiro, pá e enxada, trabalhando ali das 5 da manhã até às 10h da noite. Concluímos, já pintamos e estamos concluindo, também, nesta semana, os nossos salões de eventos que receberão o I Encontro Nacional de Prevenção e Tratamento Gratuito em Dependência Química. Estão sendo convidadas autoridades de toda a Nação, inclusive, o Cardeal Dom Murilo que vai palestrar, possivelmente – se estiver melhor de saúde – Mãe Stela e Divaldo Franco na área da religião no tratamento das drogas e psicólogos de renome, doutores, autoridades de tribunais estarão lá conosco e alguns deputados, inclusive, todos já foram convidados.

Então, agradeço a V. Ex^a e convido a todos para estarem na Fundação Dr. Jesus na inauguração, juntamente com o governador do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem o senador Walter Pinheiro tomou posse na secretaria de educação. Estive aqui, fiquei até o final da sessão e observei pronunciamentos – até conversava com o deputado Rosemberg –, deputados do governo reclamando da falta de professores em várias escolas, sobretudo, no interior do Estado.

Conversando com Rosemberg, ele me disse que a questão toda são as extensões. As escolas que fizeram extensões, que, às vezes, tem poucos alunos, e que, efetivamente, quando se dividem os professores da escola e das extensões, ou falta professor na extensão ou falta professor nas escolas.

Acho que uma providência tem que ser tomada com muita rapidez pelo secretário de educação que tomou posse ontem, o secretário Walter Pinheiro, que fique a par dessa situação, que é gravíssima. Eu diria, que uma das coisas mais tristes que existem é o aluno ir para a escola, muitas vezes a pé, muitas vezes no lombo do burro, muitas vezes em carros que não são apropriados para esses estudantes irem às escolas e quando chegam na escola, estudantes interessados, não tem professores para cumprir aquele currículo pré-estabelecido pela escola.

Então, fora todos os outros problemas, os poucos recursos que são mandados pelo governo federal para a merenda escolar, para o transporte escolar. Todos nós sabemos – temos prefeitos aliados, amigos – que efetivamente é uma questão do governo federal, para ser justo, que nós não sabemos como o governo federal faz essa conta tão fora da realidade, manda tão poucos recursos para os nossos estudantes, para as nossas escolas. Não é possível as prefeituras suportarem uma gama de recursos tão pequena para a área da merenda, para a área do transporte às quais, efetivamente, hoje são destinadas.

Então, queria chamar a atenção do secretário que tomou posse ontem de que há um grande problema, temos ouvido aqui de deputados do governo, como foi o caso

ontem, vários se queixaram da falta de professores em escolas do Estado, discursos aqui de deputados da Oposição. E eu venho reforçar, hoje, esse grave problema que vem atingindo as escolas do Estado da Bahia.

Eu queria também falar, aqui, de um assunto importante, que é a questão do Centro de Convenções. As obras caminham de forma vagarosa. Eu diria que há mais de 2 anos a Bahia perde grandes eventos, grandes simpósios, grandes feiras que, efetivamente, não podem vir ao nosso Estado. Isso acontece porque, infelizmente, no Estado da Bahia – com toda a pujança política; com todo o interesse de cidadãos do Brasil inteiro de vir para o nosso Estado, pelos atrativos que este tem – efetivamente, nós não temos, ainda, uma solução efetiva, palpável em relação ao Centro de Convenções.

O que nós estamos observando, com toda a clareza, é que essa reforma não vai atender, não vai ser suficiente para, efetivamente, dar um pleno funcionamento ao Centro de Convenções, a fim de que este possa receber os grandes eventos que a Bahia tem perdido. Eu agradeço, Sr. Presidente, e mais uma vez aqui digo que não é possível a área do turismo estar tão abandonada, e essa questão tão importante do Centro de Convenções ainda não ter sido resolvida.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, eu estou inscrito. V. Ex^a pode informar a ordem da lista dos inscritos?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, a lista é: Fábio Souto; Rosemberg Pinto; Carlos Geilson; Luiza Maia; Alex Lima; Roberto Carlos; Hildécio Meireles; Bobô; Joseildo Ramos; Maria del Carmen; Adolfo Menezes; Bira Corôa; José de Arimatéia; Pablo Barrozo.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu seria o terceiro a usar a palavra, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Bom, eu estou com a lista. Qualquer reclamação os deputados têm que se dirigir ao Secretário, o competentíssimo Carlinhos, que sabe tudo aqui nesta Casa. O presidente aqui só cumpre ordens, meu amigo Carlos Geilson. O Sr. Carlos Geilson:- Em se tratando do deputado Rosemberg eu vou abrir mão, mas eu sou o terceiro a falar. É só para que a lista seja cumprida a rigor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores, servidoras, jornalistas, visitantes, meu querido deputado Carlos Geilson, eu sou o segundo inscrito, está assinado lá na listinha. Mas agradeço a concessão de V. Ex^a.

Primeiro, deputado Fábio Souto, eu acho que é pertinente a sua intervenção, do

ponto de vista de fazer um questionamento maduro, coerente; porque é verdade que há um questionamento – alguns deputados o fizeram aqui – sobre a quantidade de professores. Hoje nós conversamos com o governador Rui Costa sobre essa questão, e ele demonstrou a preocupação em resolver problemas pontuais, por conta das extensões de determinados colégios – que é o caso de alguns que foram colocados, inclusive aqui nesta Casa, sobre a ausência de professores. E é uma das metas do novo secretário, que ontem tomou posse, nosso querido Walter Pinheiro, atuar no sentido de sanar essa possível divergência com relação ao número de professores nas escolas.

Por outro lado, eu quero, aqui, parabenizar a assunção, ontem, do novo senador do Estado da Bahia, o ex-deputado estadual e ex-secretário de Agricultura do Partido Progressista, que ontem assumiu no lugar do nosso querido Valter Pinheiro a pasta de senador, o nosso querido Roberto Muniz. Sem dúvida alguma, além da sua capacidade de intervenção lá no Senado da República, vai também fazer um grande diferencial; porque tínhamos lá 2 senadores que eram torcedores do Bahia e 1 do Vitória. Agora, deputado Sandro Régis, haverá uma inversão no cenário nacional: o Vitória, como time de primeira divisão, terá 2 senadores; o Bahia terá a senadora Lídice da Mata. Então, está exatamente proporcional à capacidade de cada time baiano, na sua representação.

Mas, hoje, deputada Luiza Maia, mais uma vez, quero aqui reforçar essa minha posição. E vou fazer isso aqui todas as vezes em que intervir, neste Plenário, para falar do golpe que os brasileiros sofreram, deputado Carlos Geilson, com a assunção do interventor Michel Temer. Na realidade, eu disse, aqui, que o Padilha, ministro da Casa Civil, disse que ia tirar todos os ministros investigados, seja pela Polícia federal, seja pela Justiça; e ele mesmo divulga aqui 15 ministros.

Eu não gosto de assistir ao programa do *Fantástico*. Mas disseram para eu assistir, porque o Michel Temer iria pedir música no *Fantástico*. “Já é o terceiro ministro que sai e vai ter música no Fantástico, a pedido do interventor do Planalto”. Acabou que não aconteceu, porque a previsão é de que saiam 15, segundo as notícias veiculadas pela *Folha de São Paulo*, pelo *UOL*, por *O Globo*. Está aqui e vocês podem verificar: 15 ministros investigados. Ou seja, no fundo, no fundo, foi um golpe arquitetado para tentar chegar à Operação Lava Jato. Alguns já estão chegando, com prisão preventiva solicitada pelo Procurador da República para alguma das figuras que saíram de braços dados, levantados, comemorando o impeachment de uma mulher honesta e comprometida com os interesses da sociedade brasileira, nossa querida Dilma Rousseff.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos. (Pausa) Deputada Luiza Maia, logo após é V. Ex^a, com sua tolerância.

Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, o som da tribuna não está bom. Aliás, modéstia à parte, de som eu entendo, e o som da tribuna não está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deem uma melhorada no som, por favor. **O Sr. CARLOS GEILSON:-** Mas, Sr. Presidente, eu ouvi o deputado Rosemberg falar atentamente. Falou em ministros investigados no governo Temer. Mas V. Ex^a se esqueceu de que Dilma teve 21 ministros investigados; e não subiu à tribuna para cobrar que eles fossem defenestrados do governo...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas ela não disse que ia tirar, não.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Certo, ela não disse que ia tirar, apenas convivia bem com essa rapaziada. Por falar nisso, deputado Rosemberg, o Brasil precisa de uma reforma política, isso é fato. Todos discutem e debatem esse assunto, mas ninguém tem a coragem de fazer a reforma política necessária para mudar o rumo das coisas.

O modelo que está aí faliu, esgotou, exauriu. Favorece ao capitalismo, favorece ao caixa dois e à corrupção. Não há partido no qual esse ou aquele político, não na sua totalidade, não já tenha feito o caixa dois.

Porque existe o corrupto, existe o corruptor. Políticos endinheirados, favorecidos pelo sistema político, colocam uma sacola de dinheiro nas costas e saem pelo interior do Estado comprando votos. Aquelas lideranças que não se respeitam e que se vendem... há de se perguntar: de onde vem esse dinheiro que o político usa para comprar eleitores, lideranças e cabos eleitorais? De onde vem esse dinheiro? Do seu soldo? Do seu suor? Do seu trabalho? Com certeza, não vem. Eles tomam de assalto as estatais, que ficam a nutrir o modelo político vigente no País, favorecendo que políticos corruptos saiam endinheirados, comprando votos a torto e a direita.

Esse sistema que está aí vai continuar da mesma forma. Vai diminuir depois da Operação Lava Jato, mas não vai mudar – não nos iludamos – enquanto não houver essa reforma política, enquanto não for implementado o voto distrital. Sai político de Camaçari para buscar voto lá em Teixeira de Freitas. Não tem nada a ver com a cidade e, de repente, aparecem os votos. Esses votos aparecem por que o político apresentou projetos, por exemplo, para Teixeira de Freitas? Por que tem trabalho naquele município? Não.

Esse modelo que está aí favorece justamente a prática da corrupção e o poder econômico. E é necessário que haja essa reforma para acabar justamente com isso. O voto distrital vai acabar com todo esse processo e o caixa dois? Não. Mas vai diminuir consideravelmente. E vai se eleger aquele que tem voto em suas bases. Porque tem político que fica pingando pelo estado todo: voto aqui, voto acolá, voto aqui, voto acolá. E Deus sabe como esses votos são angariados, Deus sabe como esses votos são adquiridos.

Então é necessário dizer que o modelo político vigente no País favorece o caixa dois, favorece o poder econômico, favorece o político corrupto e aqueles que compram a consciência daqueles que se vendem. Ouço falar muito no processo

político da reforma. Ela é necessária, extremamente necessária. Mas enquanto isso não mudar, senhoras e senhores, nos preparemos para novas e novas operações, como essa que está vigente no País e que está devastando a classe política, que é a Operação Lava Jato.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra à deputada Luiza Maia, gostaria de saudar os estudantes que são surdos, deputado Hildécio, e estão visitando a nossa Casa. Eles são da Associação Educacional Sons do Silêncio. É uma honra para todos nós recebê-los aqui, nesta tarde, prestigiando esta sessão. Parabéns a todos vocês, estudantes, aqui na Casa do Povo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sejam bem-vindos.

Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho dois assuntos para tratar aqui. Mas queria, antes, perguntar ao deputado Carlos Geilson se ele se desfilou do PSDB. Porque essa pauta não é do partido dele. Eu não estou entendendo nada. Mas depois vou conversar com ele, porque tenho pouco tempo.

O que quero aqui, Sr. Presidente, é registrar que, sábado passado, dia 4, fizemos o lançamento do programa de governo participativo do pré-candidato às eleições municipais de Camaçari, o deputado federal Caetano. Foi um evento muito importante. Além das presenças do deputado Bira, da deputada Maria, da minha presença, tivemos, também, o secretário Pelegrino, o presidente do partido, Everaldo, e o nosso querido ministro afastado pelo golpe Jaques Wagner. Mais de 4 mil pessoas participaram dos debates. Foi uma festa bonita!

E o clamor que ouvíamos naquele espaço lotado de lideranças e de pessoas que fazem, hoje, o debate e acompanham nosso pré-candidato Caetano e pelos demais cantos da cidade era: “Volta, Caetano!”. Porque, realmente, a nossa cidade está sendo destruída por uma incompetente gestão, que perdeu o rumo, perdeu o prumo e ninguém sabe o que quer. Infelizmente, temos partidos, como o PCdoB, ainda apoiando aquele absurdo.

Mas queria também, Sr. Presidente, falar um pouco aqui sobre essa questão do golpe nacional e os desdobramentos do que tem acontecido. Hoje, quero me referir aqui à questão da saúde. O ministro Ricardo Barros, da Saúde, está fazendo um desmonte na questão da saúde pública no Brasil. Está tramitando no Senado Federal, e já foi aprovada em primeiro turno, a PEC 143/2015, que permite a desvinculação de 25% da receita de estados e municípios até 2023. Isso é desproporcional, abusivo e um golpe contra a nossa saúde pública. Se aprovada, será responsável por um desmonte expressivo dos recursos destinados à saúde, que se estima em torno de 80 bilhões. Já bastam os 40 bilhões que o País perdeu com a retirada da CPMF. Por isso, defendo a CPMF.

(Lê) “Entidades ligadas à saúde fizeram um manifesto contra a PEC 143...”, essa maldita PEC, “(...) A carta é assinada pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas, a Associação Brasileira de Economia da Saúde, a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

A PEC foi apresentada inicialmente pelo Senador Dalírio Beber (PSDB-SC). Posteriormente foi acolhido o substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR), aquele que jogou lama no governo Temer nos seus primeiro, segundo e terceiro dias,

O Conselho Nacional de Saúde também enviou documento ao Senado Federal, onde evidencia a importância da rejeição em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 143/2015.

Em suma, a matéria permite aos estados, Distrito Federal e municípios aplicarem, em outras despesas, parte dos recursos hoje vinculados a áreas específicas, como saúde e educação.”

Sendo obrigatório, já vemos as denúncias e confusões que existem pelos municípios e estados, imaginem se conseguirem essa desvinculação. Aí é que a coisa vai ser séria.

Quero pedir à Casa que registre nos Anais a íntegra desse abaixo-assinado contra a tentativa de segundo golpe na saúde pública.

(Lê) “O Conselho Nacional de Saúde adverte aos senadores da República a respeito do aprofundamento do processo de subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que se for aprovada em segundo turno a Proposta aumentará a desvinculação da Receita.

Com isso, a receita que serve de base de cálculo para a apuração da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde será reduzida para $\frac{3}{4}$ do valor arrecadado pela União.”

Quero colocar, para concluir, Sr. Presidente, que esse abaixo-assinado foi feito pelas entidades que compõem a Frente Nacional por mais recursos para a saúde, a Associação Médica Brasileira, a Ordem dos Advogados, a Academia Nacional de Medicina, foram mais 25 entidades, quero pedir aqui que registre como lido e esta Casa não pode deixar de se posicionar. A saúde pública está ruim, quando chegamos nos hospitais públicos vemos o terror; agora acabar porque o Ministro da Saúde tem suas ligações com as iniciativas privadas, com os planos de saúde privados, aí também não dá certo.

É uma situação muito complicada e faço um apelo para que esta Casa também se posicione contra essa tentativa de desmontar a saúde pública em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, senhores visitantes, alunos, imprensa, fico palpitando aqui e a garganta coçando, a língua coçando para entrar nessa discussão, nessa pauta ainda de Brasília, do fictício golpe cantado em verso e prosa aqui pelos queridos deputados do PT. Não posso deixar as questões do Estado de lado, não vou entrar nesse jogo aqui todo dia para discutir essa ficção que não é científica, mas é uma ficção política criada pelos nossos colegas.

Deputado Joseildo Ramos, tenho aqui 15 meses aproximadamente e me parece que não aprendi nada, porque não consegui entender ainda qual é o nosso papel, o que temos que fazer aqui nesta Casa, meu caro deputado Paulo Câmara. As duas tarefas principais dos deputados são legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Hoje, pela manhã, na reunião da nossa comissão de Infraestrutura Desenvolvimento Econômico e Turismo, esse tema foi levado à discussão pelo deputado Bobô, inclusive da base do governo, sentindo falta de produção de projeto de lei de iniciativa de deputado. Eu dizia ao nobre deputado Bobô que não adianta também esta Casa aprovar projeto de lei de iniciativa do deputado, e o governo não cumprir a sua obrigação de sancionar ou de vetar como manda a Constituição, ou de pelo menos nem uma coisa nem outra, mas cumprir o prazo e devolver esses projetos de leis para que a presidência desta Casa promulgue ou não. Portanto, não estou vendo muito sentido em todos nós nos debruçarmos, buscarmos temas de interesse da comunidade, da sociedade, da população e, no entanto, não vemos consequência.

Tenho aqui a relação de vários projetos de leis, deputado Alex Lima, inclusive projeto de lei de iniciativa de deputados da base do governo, e o governador simplesmente não teve a menor e nem está tendo a menor consideração por esta Casa Parlamentar. Não sei se em algum município da Bahia, por mais longínquo que seja, se o prefeito tem coragem de tratar a Câmara de Vereadores da forma que o governador tem tratado esta Casa.

A sobreposição do governo do Estado em relação ao Parlamento baiano é tão grande que, amanhã, será votado, em uma reunião conjunta das Comissões de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle e Constituição e Justiça, o parecer do deputado José Raimundo relativo à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram aceitas 15 emendas de parlamentares.

Dentre essas 15 emendas, este parlamentar, que vos fala aqui e agora, tem 4 emendas. Simplesmente, o relator do parecer do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias não acatou nenhuma emenda, deputado Alex Lima. Eu irei verificar se há alguma emenda de autoria de V.Ex^a, deputado Alex Lima, já que usará a tribuna logo a seguir. Farei isso para ver se V.Ex^a concorda com o que eu estou dizendo.

Então não vejo sentido nenhum nós estarmos aqui de paletó e de gravata se não se sanciona tampouco se veta projeto de lei de iniciativa de deputados desta Casa. Os deputados não têm direito a emendar nenhum projeto de lei de iniciativa do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Portanto, eu confesso que me parece que eu não consegui, ainda, apreender, meu caro presidente, qual é o papel dos deputados

estaduais aqui na Assembleia Legislativa.

Por isso, eu quero fazer um apelo ao Líder do Governo juntamente ao Líder da Oposição, a fim de que nós provoquemos este assunto em futura reunião. Vejam, não é possível isso acontecer sempre!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, eu trarei, futuramente, este assunto durante todas as semanas. Eu não vou descanar enquanto o governador do Estado não nos der uma resposta. E se, até o final do ano, nós não tivermos uma resposta concreta acerca desses projetos de lei, eu vou procurar os caminhos legais para tomar as devidas providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson, imprensa, funcionários da Assembleia, todos os presentes, eu procuro exercer o mandato de maneira independente ao contribuir com as ações do Executivo quando julgo importantes para o desenvolvimento da Bahia. Mas não posso, presidente, me calar quando entender que determinado problema tem afetado a vida do povo baiano.

Na tarde de hoje, presidente, eu venho trazer uma preocupação com relação à segurança pública do nosso Estado. Por diversas vezes, eu pude fazer este debate nesta Casa. Deputado Joseildo, reconheço que a questão da segurança pública é, extremamente, complexa.

Quanto a esta questão da explosão da violência a que nós assistimos no Brasil, reconheço ser fruto, sim, de fatores como a falta de oportunidades no mercado de trabalho, as desigualdades sociais, as escolas que não educam de verdade. Enfim, nós temos débitos históricos neste País e neste Estado que levam a esta explosão da violência.

Mas eu gostaria de aproveitar o dia de hoje, presidente, para fazer um apelo ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar para ambos olharem para a minha região do Litoral Norte da Bahia. Deputado Sandro Régis, V.Ex^a, também, foi votado lá.

A região tem enfrentado dias difíceis com a bandidagem, sobretudo a população da zona rural englobando os pequenos proprietários, as pessoas que produzem e vivem da terra e que têm nela os seus sustentos. Essas pessoas têm enfrentado diversas ondas de assaltos e sequestros relâmpados que levam a transtornos muito grandes.

O deputado Joseildo representa muito bem aquela região; por conseguinte, ele sabe disso e já deve ter recebido, também, pedidos para interceder junto aos órgãos de segurança pública. Vejam, nós não podemos, aliás, nós precisamos que a Secretaria da

Segurança Pública tome medidas efetivas para combater a criminalidade naquela região, deputado Hildécio.

Toda semana, para não dizer quase todos os dias, temos ciência de um carro tomado em assalto, de uma fazenda invadida, de um trabalhador baleado.

E se já é difícil a Segurança Pública ter uma atuação efetiva no combate à criminalidade nos grandes centros, nas sedes dos municípios, imaginem nos distritos, na zona rural, que são distantes desses centros, e que por conta disso não têm tido, por parte da polícia, uma cobertura, uma atuação policial.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero fazer esse apelo nesta tribuna, e me solidarizar com as vítimas que têm sofrido com essa onda de violência.

E dizer que espero que o governo – seja com uma melhor na distribuição dos novos policiais que estão para tomar posse, seja no investimento que o governador tem feito para a troca de viaturas, de equipamentos para a polícia – possa olhar de maneira mais estratégica para aquela região, que tem sofrido muito, muito, deputado Hildécio, com essa onda de assaltos.

A BA-093, deputado Joseildo, ficou como de alto risco para se transitar em determinado horário naquela estrada. Os assaltos são à luz do dia, seja com moto, ou, muitas vezes, na parada do quebra-molas, nas praças de pedágios. Enfim, está um caos total naquela região.

E nós contamos com a sensibilidade do governador Rui Costa, do secretário, Dr. Maurício, do comandante-geral da Polícia Militar para que intensifiquem a cobertura policial, para que possam diminuir as grandes dificuldades que a região tem enfrentado. Apesar de o governador ter investido bastante em segurança pública, reconheço, nós estamos passando por dias difíceis naquela região.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bobô.

Não está presente.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para tratar de um tema que recorrentemente os deputados da Oposição têm trazido aqui: as questões nacionais.

Não raro temos ouvido que o governo afastado quebrou o País, que o País estaria numa situação, do ponto de vista macroeconômico, ingovernável. E à luz da nossa investigação, estivemos buscando alguns números do Banco Central e os quero colocar à disposição, para conhecimento, do conjunto desta Casa. E eu gostaria de ser refutado em alguns dos indicadores macroeconômicos que vou colocar à disposição dos senhores.

Em maio de 2016, as reservas internacionais líquidas do País somaram US\$ 376 bilhões. Isso agora, em 2016. Em 2002, essas mesmas reservas perfaziam o montante, quase que ridículo, de US\$ 16 bilhões. Naquela época, o Brasil estava

numa situação difícil com relação à dívida externa. Hoje, essa dívida externa está em torno de US\$ 333 bilhões. Portanto, o Brasil ainda é credor em quase US\$ 48 bilhões quando comparamos com as reservas internacionais em moeda forte.

Hoje, o Brasil é credor do FMI. Antigamente, a política macroeconômica do nosso País era ditada por esse organismo.

A dívida pública líquida em 2016 é quase 39% do nosso PIB. Em 2002, era mais de 60% do nosso PIB. Isso sem falar que Fernando Henrique Cardoso – ele tem isso em sua biografia – quebrou, jogou o País numa condição pré-falimentar por três vezes consecutivas. E o investimento externo produtivo, hoje, nos últimos 12 meses, beira a casa dos US\$ 80 bilhões, o que perfaz algo em torno de 5% do PIB, em maio de 2016.

Em 2002, éramos a 13ª maior economia do globo. Hoje, somos a sétima. A renda *per capita* do brasileiro, hoje, é de US\$ 10 mil; em 2002, era de US\$ 2,5 mil, um quarto. Interessante é que a inflação tende a voltar para o topo da meta nos últimos 12 meses à medida em que os preços administrados, os preços públicos sejam retirados dos 12 meses que são contados. Então, ela tende a ficar em 6,5% a 7%, na meta. Em 2002, a inflação oscilava entre 14% e 17%.

Salário mínimo, hoje, 250 dólares; em 2002, 55 dólares.

Observem que o *superavit* comercial do País deverá chegar ao final do ano em US\$ 50 bilhões.

Não é uma situação confortável, mas é muito distante do que a mídia golpista coloca à disposição da sociedade brasileira.

Isso são dados do Banco Central, foram extraídos do Banco Central na atualidade. São dados coletados agora, no início de junho, portanto, referem-se a maio deste ano, em contraposição àquilo que se diz, que se coloca como em estado pré-falimentar a nossa Nação. Então, é conversa para boi dormir, é uma atitude cínica da grande imprensa. E temos que ter algum cuidado para não estarmos a repetir essa questão sem mergulhar com uma certa profundidade, sem ter o olhar mais carinhoso para avaliar esses números, que são importantes. E são números que nos diferenciam, mesmo em época de crise, dos outros países da América do Sul.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Quero saudar todas e todos os visitantes desta Assembleia que estão no Plenário, nas Galerias, imprensa, os colegas deputados e deputadas, todos os baianos e baianas que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, na semana passada obtivemos uma vitória na Justiça, através de uma ação popular movida por mim, a respeito do aumento abusivo nas contas de água e esgoto proposto pelo governo do Estado.

Esta ação movi não só por causa do aumento que houve, que começou a vigorar

agora, na segunda-feira, mas por causa dos aumentos sucessivos acima da inflação que a Embasa vem fazendo, que o governo do Estado vem fazendo há 5 anos. Perfazendo, deputado Hildécio Meireles, cerca de 15% além da inflação.

Já sabemos do mau serviço que a Embasa presta, já sabemos que a Embasa tem uma taxa mínima para quem não consome água em suas casas, já sabemos que tem uma tarifa de esgoto de 80%, e todo baiano sabe que a Embasa é malvista porque presta mau serviço. E é uma empresa pública feita para prestar um bom serviço, um serviço importante para todos os baianos, e não o faz.

Entrei com essa ação devido ao aumento abusivo perante a crise econômica, quando as famílias têm dificuldades para fechar suas contas. Os orçamentos familiares estão cada vez mais apertados, com aumento de conta de tudo quanto é natureza.

Infelizmente, nessa luta entre Davi e Golias, ontem a presidente do Tribunal, desembargadora Maria do Socorro, suspendeu a liminar argumentando que não foi informado na peça, na qual o juiz da primeira instância justificou seu voto a favor da liminar dizendo que não havia os motivos cabíveis. Ou seja, a Agersa não expôs os motivos necessários que fariam com que houvesse um aumento de tal monta.

Antes de entrar com uma ação, eu tive o cuidado de pedir esclarecimento à Agersa, Agência Reguladora de Saneamento Básico sobre o motivo desse aumento. Ela respondeu com um texto de sete folhas totalmente inócuas, não respondendo claramente o porquê do aumento. Anexei essa resposta da Agersa ao meu pedido de liminar, e a desembargadora, ontem, além de não levar em conta, argumentou no seu despacho que a argumentação, a explicação da Agersa não havia sido levada em conta na decisão do juiz que concedeu a liminar.

Vejo que ela se equivocou aí. E se equivocou também, deputado Jânio Natal – V.Ex^a que representa um município tão importante como Porto Seguro, o qual conheço bem e sei que o serviço de água e esgoto não é bem prestado lá –, ao argumentar que houve, por parte da Agersa, autorização.

Não houve! Houve, sim, por parte da diretoria da Agersa, mas sem a participação do Conselho Consultivo e sem toda a regulamentação necessária para se autorizar um aumento dessa natureza. Infelizmente, vivemos num Estado onde não se corta na carne, não demite os cargos políticos, os comissionados.

No ano passado, vimos os servidores tendo os seus direitos cerceados e cassados; vimos a população pagando o pato por um governo que fez de tudo para se reeleger em 2014, quebrou o Estado e se esconde atrás da crise econômica, hoje. Nós prevemos que 2016 será um ano mais difícil ainda do que 2015.

Temos notícia de que o governo virá com projetos para cá para apertar mais ainda os comerciantes, as indústrias e os próprios servidores. Estaremos atentos.

Relatando o discurso do orador que me antecedeu, o governo do Estado é uma vergonha! Perdeu a mão, a responsabilidade, deixou de assumir a responsabilidade sobre a saúde e sobre a segurança pública dos baianos.

Quando vi um orador subir a esta tribuna e dizer que o governo do Estado

investiu e tem investido muito, mas se queixou da segurança pública, fiquei surpreso, porque, pelos dados oficiais do governo, este ano – quem tem acesso à internet pode ver – gastou-se R\$ 60 milhões, deputado Hildécio Meireles, com propaganda e apenas R\$ 30 milhões com segurança pública.

Inclusive, essas viaturas novas não estão sendo entregues coisa nenhuma. Estão sendo trocadas, porque são contratos de locação do governo do Estado com empresas privadas. Há um benefício nisso? Há, mas é pouco diante do que se faz necessário num governo que, nos últimos 9 e meio, só tem deixado os baianos presos em casa e os bandidos soltos. E nós desesperados.

Estamos sendo cobrados sobre isso aqui e nas ruas. Temos responsabilidades. Se o governador não tem responsabilidade sobre a segurança pública do Estado e não assume, temos de cobrar dele e assumir essa responsabilidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, os que estão nos gabinetes, todos os presentes nas Galerias Paulo Jackson, quero, mais uma vez, ressaltar a importância de uma notícia que passou na imprensa e, a meu ver, não foi devidamente ressaltada na opinião pública da Bahia: a aprovação do teste rápido do Zika pela Anvisa. Esse experimento foi feito pela Bahiafarma, empresa estatal, pública, do Estado da Bahia. Essa empresa havia sido extinta em 1996, o governador Jaques Wagner a recriou e ela começou a operar em 2012. A empresa teve o seu momento importante na história da Bahia – não entrarei nos motivos – , mas foi desativada, com certeza, no bojo das privatizações do estado mínimo. A partir de uma nova visão, o governador Jaques Wagner reconstruiu a Bahiafarma. Essa ideia começou exatamente em Vitória da Conquista quando o prefeito, o então secretário do Ministério da Saúde, Dr. Jorge Solla, tendo como ministro o médico sanitarista Humberto Costa e toda uma equipe de técnicos, criou um Programa Nacional de Inovação Tecnológica e de Apoio aos Laboratórios Públicos Estaduais. Ali, em 2004 e em 2005, começamos em Vitória da Conquista um projeto de reimplantação, recriação da Bahiafarma. Não sabíamos ainda, evidentemente, o horizonte de 2006 quando elegemos o governador Jaques Wagner. E com a vinda de Solla do ministério para a secretaria estadual, nós retomamos.

Agora, em continuidade com esse projeto, o governador Rui Costa e o secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas, implementaram, incentivaram e continuaram com o projeto. E tivemos essa grata e bela surpresa que foi um teste rápido do Zika Vírus. E agora mais dois testes, ampliando-se para outras patologias, em especial, a dengue e o Chikungunya para que a Bahiafarma passe a produzir, praticamente tomando e ofertando a todo o mercado do SUS no Brasil esses três produtos; um já em ação. Os testes começaram em Vitória da Conquista de forma bem avançada. Por isso, a Bahia ganhará muito no ramo da tecnologia médica da biotecnologia.

Sabemos, hoje, que praticamente em todo o Estado da Bahia existe curso de medicina, como o da UFBA, em Vitória da Conquista; o do Sul da Bahia; o do Oeste; o do Recôncavo e o do Vale do São Francisco, além das universidades particulares que estão chegando. São dois cursos particulares de medicina em Vitória da Conquista, Santo Agostinho e a FTC, a FAINOR. Logo, é importante ressaltar o papel do Estado como indutor desse processo que revolucionará o SUS, diminuindo o financiamento e os gastos. Mais do que isso, criando ambientes. A Bahia que foi historicamente um grande centro médico e farmacêutico, com importantes farmacêuticos na Bahia, basta lembrar Benildo Silva, que é um tratadista reconhecido internacionalmente. A medicina tropical da Bahia com nomes renomados, como Rodolfo Teixeira, Zilton Andrade, retoma agora nessa nova quadra uma caminhada inovadora e de grande progresso.

Sinto-me parte desse processo, porque enquanto prefeito de Vitória da Conquista, com muitas dificuldades, tendo o governo da Bahia contra a gente naquele momento, e o governo federal nos apoiando, fomos capazes de começar um trabalho e, agora, todas as instalações nas mãos da prefeitura de Conquista serão transferidas para o governo do Estado. O prefeito Guilherme Menezes já concluiu negociações com o Ministério da Saúde, está repassando para o Estado toda essa estrutura que montamos. Efetivamente foi muita ousadia, e o município não tem condição de tocar um projeto dessa envergadura. Foi muito mais ousadia naquele momento, e agora o Estado vai dispor de duas grandes unidades produtoras de medicamentos, no entorno de Salvador e em Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância desses poucos segundos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, visitantes, imprensa, faço uso da palavra para parabenizar o senador Walter Pinheiro que ontem tomou posse na Secretaria Estadual de Educação. Sem dúvida nenhuma, a história, o acúmulo político e a capacidade de gestão de Walter Pinheiro são incontestáveis. Entrou na vida pública a partir da luta sindical, como sindicalista, depois vereador de Salvador, deputado federal por quatro mandatos, senador, secretário de governo de Planejamento do Estado da Bahia no governo Wagner e, agora, secretário de Educação no governo Rui Costa.

Ontem, o carisma e a confiabilidade política de Pinheiro foram comprovadas na sua posse, um dos atos mais concorridos que já se viu neste Estado, com a presença de inúmeros deputados federais dos diversos partidos, de quase a maioria de deputados estaduais da base governista, com as presenças de prefeitos e prefeitas, vice-prefeitos e vice-prefeitas, vereadores; a deputada Ângela esteve presente e testemunhou o que nós presenciamos, mostrando realmente um ato, a confiança e o compromisso por ele firmados para retomar a educação no nosso Estado. E educação foi colocada como prioridade no governo Rui Costa, e tem sido assim comprovada

em todas as atividades que o governador Rui Costa tem acompanhado.

Quero parabenizar o senador e, agora, secretário Walter Pinheiro por mais essa tarefa. Desejo-lhe sorte e que o bom Deus possa cobrir-lhe de muita força e abrillantando todos os seus passos para que ele possa, acima de tudo, fazer um bom trabalho, e eu não tenho dúvida disso.

Sr. Presidente, também aproveito para destacar, nobre deputado Zé Raimundo, que na manhã de hoje, na Comissão de Promoção da Igualdade, realizamos uma audiência pública para debater o nome social, projeto de resolução que está aqui nesta casa, que gerou uma certa polêmica há duas semanas, e que, por princípio, foi dito que deveríamos fazer um debate nesta Casa.

Devo dizer que senti falta dos mandatos e das presenças de deputados ou representantes dos mandatos, principalmente aqueles que abriram questionamento de desconhecimento, alegando que faltou debate, faltou discussão, mas não se fizeram presentes no momento do debate nesta Casa, é bom que se destaque.

É um projeto de lei que entrou nesta Casa em maio do ano passado, que não recebeu uma emenda quando foi publicado, passou pela Comissão de Constituição e Justiça, que teve o nobre deputado Zé Raimundo como relator, que atestou a veracidade do programa do projeto e, conseqüentemente, deixou o projeto habilitado para votação. Houve toda uma polêmica, mas nós tivemos o debate no dia de hoje, um debate riquíssimo, com a presença da Dra. Teodora Sampaio, representando a comissão de Diversidade da OAB, de Catarina Ulm, representando a Defensoria Pública do Estado da Bahia; de Paulete Furacão, representando a Secretaria da Justiça do Estado da Bahia; e de Marlene Passos, representando a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia.

Então, foi um debate riquíssimo que contou com a presença de vários estudantes de universidades do Estado da Bahia, a maioria do curso de direito, participando e intervindo no debate, na discussão; e de setores organizados da sociedade, a exemplo da Rede de Mulheres Negras da Bahia, dentre outras entidades que eu poderia estar listando, que deram uma contribuição importante e reafirmaram o debate.

O mais interessante foi a contextualização de que o que a Assembleia está prestes a cometer e a fazer aprovando esse projeto de resolução, é seguir o passo do que ora já é desenvolvido na Secretaria Nacional da Saúde, a partir do Ministério da Saúde, que já reconhece o nome social, bem como na Secretaria da Educação do Estado e no Ministério da Educação. A prova disso é o ENEM, cujas inscrições foram abertas esta semana e está respeitando o nome social.

O que chama a minha atenção, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, é que nós já praticamos nesta Casa, há sete décadas, a utilização do nome social. Eu, por exemplo, sou uma prova concreta: Bira Corôa. Bira não é nome? É um nome social. Sou reconhecido por três mandatos. Aqui temos Bobô, Zó e o próprio Pastor Sargento Isidório. Ele é pastor na igreja, sargento na corporação da Polícia Militar e deputado na Assembleia Legislativa, e utiliza também um nome fantasia, mas é reconhecido. Na cultura, no esporte também vemos a utilização do nome social. Pelé tornou-se rei

mundial com o nome social; Xuxa ficou conhecida internacionalmente com o nome social.

Só esta Casa que ainda não compreendeu a importância de incluir e de respeitar o direito daqueles que querem, acima de tudo, também ser chamados. É mais um ato de discriminação e de expurgo, quando podemos utilizar o nome social em todo o cenário social, em todo o contexto da atividade humana, exceto para os LGBTs. Isso mostra que é também homofobia e, acima de tudo, um processo de discriminação. Como esta Casa não pode ser discriminatória, nem homofóbica, apelo aos nobres deputados que revejam esse processo para que possamos aprová-lo, reconhecendo e cumprindo o papel, para que esta Casa entre no eixo de respeitar e valorizar a democracia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Sidelvan Nóbrega, depois eu gostaria que o deputado Bira Corôa explicasse melhor esse projeto, porque acredito que o nome social, nome pelo qual a pessoa é conhecida, não pode eximir a pessoa de apresentar o documento original onde quer que ela chegue.

O Sr. Bira Corôa:- Mas no projeto pede o documento, deputado!

O Sr. Carlos Geilson:- Então, ela apresenta o documento original e, perfeitamente, tem acesso às dependências da Casa.

Meu caro deputado Sidelvan Nóbrega, nesta tarde de segunda-feira, a gente nota o Plenário vazio. Poucos deputados estão presentes neste momento, por isso peço a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Gostaria que o Plenário estivesse repleto de Srs. Deputados e de Sr^{as} Deputadas, para que pudéssemos travar o bom debate, o bom combate, mas, infelizmente, na tarde de hoje, a sessão vai terminar mais cedo, porque o número de deputados é insuficiente, pelo menos, aos meus olhos. A olhos vistos não há número suficiente para a continuidade da sessão, motivo pelo qual solicito a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Só retificando, hoje é terça.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu falei que dia?

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Segunda.

O Sr. Carlos Geilson:- Falei segunda? É o pensamento no Bahia que joga hoje, não é? O Bahia está na segunda e joga hoje, terça.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Mas deve ir para a primeira!

Não havendo número suficiente, declaro a presente sessão encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.